



Índice

- 01** [Oficina de Formação Política para Juventude Indígena](#)
- 02** [Povos tradicionais são proibidos de utilizarem recursos naturais por leis de proteção ambiental](#)
- 03** [II Carta da Autodemarcação Munduruku: O governo ataca contra a demarcação da Terra Sawré Muiybu preparando o leilão da Flona Itaituba I e II](#)
- 04** [Cacique Raoni Metuktire: Carta de apoio ao povo Munduruku lutando contra os projetos de hidrelétricas no Tapajós e no Teles Pires](#)
- 05** [Será lançado na Bahia livro sobre doenças ocupacionais na pesca artesanal, dia 27, às 17h](#)
- 06** [Mulheres indígenas de Roraima encerram encontros regionais sobre direito, políticas públicas e relações de gênero](#)
- 07** [Encontro de povos indígenas no Sesc Belenzinho tem muitas atrações](#)
- 08** [Governo abre concurso para professores indígenas](#)
- 09** [Abertas inscrições para o evento Defensoria Quilombola](#)
- 10** [Indígenas da Venezuela deixam município de Roraima sem combustível](#)
- 11** [Secretário abre Curso de Formação Continuada em Ji-Paraná](#)
- 12** [Município de Mato Grosso recebe Expedicionários da Saúde](#)
- 13** [Cultura e religiosidade marcam a 4ª noite do Encontro dos Tambores na UNA](#)
- 14** [Avanços e desafios do Povo Nukini no uso e conservação dos recursos naturais e sua produção](#)



de alimentos na região do Vale do Juruá

- 15** Operação Curaretinga apreende toras de madeira em área indígena de RO
- 16** Livro sobre comunidade Tia Eva será lançado sexta-feira
- 17** Celebração da Cosnciência Negra reúne número recorde de 3 mil quilombolas
- 18** AM: laboratório de holograma deve atender ribeirinhos
- 19** Instituto de Florestas do Amapá denuncia invasão de parque
- 20** Comunidades tradicionais discutem garantias de direitos em encontro nacional



Boletim de Notícias - Edição nº 211/ 2014

Brasília, 25 de novembro de 2014.

01 Oficina de Formação Política para Juventude Indígena
SÍTIO FUNAI, 24.11.2014

Colaboração: Eliane da Silva Souza Pequeno*



Foto: Acervo da Secretaria Nacional da Juventude – SNJ

A Comissão Nacional de Juventude Indígena/CNJI, realizou entre os dias 27 a 31 de outubro, no Centro de Convenção Israel Pinheiro em Brasília, a Oficina de Formação Política para Juventude Indígena.

O encontro contou com a colaboração da Rede de Juventude Indígena/REJUIND, em parceria com a Coordenação de Gênero, Assuntos Geracionais e Mobilização Social/COGEM, da Coordenação-Geral de Promoção da Cidadania/CGPC, Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável/DPDS, da Fundação Nacional do Índio/Funai, juntamente com o Ministério da Cultura/MinC, a Secretaria Nacional de Articulação Social/SNAS, a Secretaria Nacional de Juventude/SNJ, e teve apoio do Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena/GATI – PNUD, e da entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres ONUMulheres Brasil.

CONT.



Foto: Acervo da Secretaria Nacional da Juventude – SNJ

Participaram da Oficina de Formação Política para Juventude Indígena. Assuntos Internacionais: avanços e desafios, 32 jovens representantes das cinco regiões geográficas do país e indígenas acadêmicos da Universidade de Brasília.

O objetivo desta segunda iniciativa de formação política para jovens indígenas desde a constituição da CNJI é ampliar os conhecimentos e troca de dados e informações sobre as questões políticas e os direitos indígenas no Brasil e no mundo, em atendimento às reivindicações indígenas dos próprios jovens, resultantes do II Seminário Nacional de Juventude Indígena, realizado no final do ano de 2013.

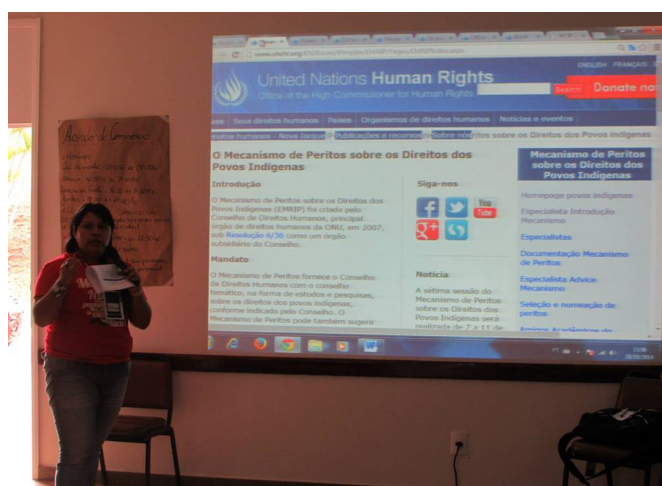


Foto: Acervo da Secretaria Nacional da Juventude – SNJ



Boletim de Notícias - Edição nº 211/ 2014

Brasília, 25 de novembro de 2014.

Os participantes discutiram assuntos de interesse coletivo, como os instrumentos jurídico-legais para defesa e fortalecimento do protagonismo e da autonomia dos indígenas, entre outros os direitos diferenciados indígenas, as políticas de atenção à saúde, os programas de educação escolar e comunitária indígena, as questões pertinentes ao acervo cultural, a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, assuntos de gênero, juventude e envelhecimento indígena, bem como os assuntos fundiários, tramitação de projetos de lei que tratam da regularização das terras indígenas, sobre a gestão ambiental e territorial, patrimônio genético e conhecimentos tradicionais, política nacional de participação social, além do foco na respectiva legislação internacional e as contribuições da Juventude Indígena pela defesa dos instrumentos jurídicos que o Brasil é signatário, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas – ONU, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

A programação, desenvolvida pela própria Comissão Nacional da Juventude Indígena, organizadora do evento, contou com palestras, debates e trabalhos em grupos com apresentação em slides, dinâmicas em grupos, além das apresentações de danças e dos filmes e iniciativas audiovisuais de interesse indígena, com destaque para a apresentação do cineasta responsável pelo filme Índio Cidadão.

Mais informações disponíveis no portal da Rede de Juventude Indígena – REJUIND ou pelos endereços eletrônicos rejuind@gmail.com e comissaojovensindigenas@gmail.com.

* Eliane da Silva Souza Pequeno – antropóloga

Coordenação de Gênero, Assuntos Geracionais e Mobilização Social/COGEM

Coordenação-Geral de Promoção da Cidadania/CGPC

Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPDS



02 Povos tradicionais são proibidos de utilizarem recursos naturais por leis de proteção ambiental
SÍTIO ADITAL, 24.11.2014

Marcela Belchior

Adital

Na Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial o mundo, situada no Estado do Tocantins (norte brasileiro), e cercada pelos rios Araguaia e Javaés, povos indígenas que vivem em um território reconhecido são proibidos de caçarem, pescarem e retirarem palha de coqueiro para construírem moradia e realizarem rituais. É que parte da área é também regulamentada por lei como Unidade de Conservação, que coíbe qualquer tipo de uso direto da fauna, flora e outros recursos naturais. Diante da incompatibilidade aplicada a esses tradicionais mestres do manejo sustentável, os índios têm sofrido a condição não poderem garantir simples atividades de subsistência para as comunidades.

Quem relata o caso é Sara Sanchez, membro da coordenação da regional Goiás/Tocantins do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Em entrevista à **Adital**, ela afirma que órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) têm coibido as atividades tradicionais das aldeias, especificamente na região terço norte da ilha, onde se situa o Parque Nacional do Araguaia (PNA), em uma área equivalente a 562 mil hectares.

Os povos indígenas javaés, carajás e avá-canoeiros viviam, desde a aprovação da Constituição Federal de 1988, em um território integralmente indígena, quando foram retirados posseiros e outros não indígenas da ilha. Nos últimos anos, entretanto, as circunstâncias mudaram. A sobreposição entre o território indígena e a área de conservação ambiental (o PNA) vem afetando a vida dessa população, gerando um verdadeiro impasse entre organizações conservacionistas e defensores de direitos humanos.

A pesca representa a principal atividade econômica e fonte de proteína na dieta alimentar nas aldeias da região. Com a venda do pescado, as famílias adquirem dinheiro para comprarem produtos básicos, como óleo, arroz, café e açúcar. No entanto, praticar a pesca para fins comerciais é, do ponto de vista jurídico, incompatível com os objetivos de um parque nacional.

CONT.



Pesca é principal atividade econômica e alimento da população da Ilha do Bananal. Foto: Reprodução.

Sara se posiciona: "o Cimi defende que é uma terra indígena, que se relaciona com o meio ambiente, faz a proteção da floresta, dos rios, das matas e dos lagos. Tudo o que eles fazem é por meio do manejo sustentável, sem depredar o meio ambiente", afirma. "O argumento das organizações é a proteção ambiental. A proteção ambiental já é feita pelos próprios indígenas, que cuidam da terra. Esses impasses devem ter interesses políticos, porque se não, o que será?", indaga a representante do Cimi.

"Sabemos que é importante o trabalho do Ibama de proteção ambiental. Só que, nesse momento, eles deixam de fazer esse trabalho. Precisam evitar licenças de desmatamento e de incineração. Têm de cuidar de fazendas degradadas, de pescadores clandestinos que depredam a ilha, da monocultura que suga água do rio e a polui com produtos químicos da lavoura", destaca Sara. A questão, para ela, deixa de ser apenas ambiental para ser um caso de violação dos direitos humanos.

Contexto mundial

Tal impasse entre territórios de povos aborígenes e áreas de conservação não ocorrem apenas no Brasil. Casos como esse são observados em âmbito mundial. Em informe recente, intitulado "[Não há parques sem povos](#)", lançado durante o Congresso Mundial de Parques, realizado em Sydney (Austrália), em novembro deste ano, a organização de direitos humanos *Survival International* mostra que quase todas as áreas protegidas são (ou foram) o lar ancestral de povos indígenas, que dependem dessas terras e as têm gerido por milênios. No entanto, em nome de uma suposta conservação, povos indígenas e tribais estariam sendo ilegalmente expulsos dessas áreas, acusados como "furtadores", por caçarem para comer; estariam ainda enfrentando detenções, espancamentos, torturas e morte por parte de patrulhas "antifurtos", aponta a organização.

CONT.



"Apesar dos povos indígenas terem sido expulsos, os turistas e, inclusive em algumas ocasiões, os caçadores que pagam para praticarem a caça grossa [modalidade de elite que é cada vez mais procurada por estrangeiros em busca de animais, como javali, gamo, veado, corço e muflão], são bem-vindos a essas zonas", destaca a organização.

De acordo com a *Survival*, que atua em favor da autodeterminação de povos indígenas e de povos isolados, muitas das maiores organizações conservacionistas do mundo estão envolvidas nesse tipo de prática. Estaria implicada, por exemplo, a *World Wide Fund For Nature* (WWF), criada em 1961 e que diz atuar em vários países pela conservação da diversidade biológica mundial, com a garantia de sustentabilidade dos recursos naturais renováveis e a promoção da redução da poluição e do desperdício.

Outra organização que estaria envolvida na expulsão dos povos aborígenes seria a *United for Wildlife*, criada pela Fundação Real do Duque e Duquesa de Cambridge e do Príncipe Harry, os herdeiros da Família Real britânica. Segundo a *Survival*, a organização não reconhece os chamados para respaldar os direitos dos povos indígenas de viverem em suas terras tradicionais e para caçarem para alimentar-se.

Casos em várias partes do globo

Citando casos recentes de expulsão de povos aborígenes, a *Survival* aponta o caso dos Bayaka, povo pertencente às tribos pigmeias que vivem em selvas da região sul-oriental da República de Camarões, da zona aldeã da República do Congo, da República Centro-Africana e do Gabão. Outros povos que estariam sofrendo com os despejos seriam os caçadores bosquimanos, de Botsuana, que enfrentam restrições em suas terras ancestrais, na Reserva de Caça do Kalahari Central do país. Eles dependem da caça de subsistência para alimentarem suas famílias e a prática foi proibida sem qualquer tipo de política de compensação.



Com a mensagem "Caçadores, não furtivos", povos aborígenes de Botsuana reclamam convivência com meio ambiente.

Foto: Survival Internacional.

CONT.

Na Índia, integrantes de uma tribo que vive dentro de uma reserva de tigres foram forçados a abandonar, em 2013, sua terra ancestral em nome da "conservação" dos animais, ainda que não haja nenhuma evidência que eles causem qualquer tipo de dano à fauna da região. Hoje, eles vivem em condições miseráveis, abrigados em refúgios improvisados com plástico.



Povos autóctones não podem entrar na Reserva de Tigres de Khana, na Índia, onde foi seu lar por incontáveis gerações.

Foto: Survival Internacional.

Para a *Survival Internacional*, os povos indígenas e tribais são os melhores conservacionistas e guardiões do mundo natural. Segundo a organização, o atual modelo de conservação necessita de uma mudança radical. "A conservação deve ajustar-se ao direito internacional, proteger os direitos territoriais dos povos indígenas e tribais, perguntar a eles que ajuda necessitam para protegerem suas terras, escutá-los e estar preparada para respaldá-los tanto quanto for possível", defende a organização.

"A cada dia, os conservacionistas gastam milhões. No entanto, o meio ambiente está em uma crise cada vez mais profunda. É hora de despertar e dar-se conta de que há outro caminho (...). Em primeiro lugar, os direitos dos povos indígenas e tribais têm de ser reconhecidos e respeitados. Em segundo lugar, têm de ser tratados como os maiores especialistas na defesa de suas próprias terras. Os conservacionistas devem se dar conta de que eles são os sócios menores dessa causa", afirma Stephen Corry, diretor da *Survival Internacional*.

Marcela Belchior

Jornalista da ADITAL

03 II Carta da Autodemarcação Munduruku: O governo ataca contra a demarcação da Terra Sawré Muybu preparando o leilão da Flona Itaituba I e II
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.11.2014

Por CombateRacismoAmbiental



Foto Larissa Saud

“Será que as autoridades do Governo e da Justiça Federal podem concordar na preparação de um leilão que vai destruir parte de nossa terra indígena?” Essa é a pergunta que os indígenas da etnia Munduruku de diversas comunidades fortificam com a segunda carta da auto demarcação do Território DAJE KAPAP EYPI, no médio rio Tapajós.

Nesta carta, os indígenas denunciam o ‘fechar os olhos’ dos órgãos dos Governo e o desrespeito aos povos indígenas que habitam a região da Flona Itaituba I e II, que será leiloada com o fim de legalizar a exploração de madeira na área. Aldeias Munduruku localizam-se próximas às fronteiras de demarcação das Flonas, sendo as mesmas parte de seu território, pois são fontes de subsistência indígena: possibilitam a caça, pesca e agricultura. Os indígenas exigem a punição de madeiros e garimpeiros que estão os ameaçando em seu próprio território. Os moradores dessas terras que querem apenas seu território seja demarcado, assim como o rio e a floresta sejam preservados. Por fim, a carta cobra um esclarecimento à perseguição contínua feita pelo Governo. (Autodemarcação no Tapajós)

CONT.



Carta nº 02:

O Governo ataca contra a demarcação da Terra Sawré Muybu preparando o leilão da Flona Itaituba I e II

Mais uma vez o Governo faz demonstração da falta de respeito com o nosso povo e continua trabalhando contra os direitos dos povos indígenas. Todo mundo sabe que nós povo Munduruku estamos fazendo a autodemarcação de nossa terra Sawré Muybu, conforme os pariwat¹ chamam, e a gente foi pego de surpresa com o edital do Serviço Florestal Brasileiro para fazer o leilão da Flona Itaituba I e II para exploração da madeira de nossa floresta. O governo fala que tem sobreposição da Flona com a nossa terra e que essa é uma das desculpas usadas para o atraso na demarcação, mesmo a gente sabendo que a Constituição Federal define o direito primeiro da terra indígena.

Como o Governo, o Serviço Florestal Brasileiro e o ICMBIO vai explicar que está preparando um leilão da Flona, ignorando, fazendo de conta que não sabe que tem uma terra indígena identificada? Essa é mais uma violência contra nossos direitos, contra a floresta e o futuro do nosso povo. A própria Justiça Federal que injustamente concordou com as desculpas da Funai para não publicar o Relatório de Identificação diz em seu documento que era preciso resolver problemas de terras entre os órgãos do Governo Federal antes de mais nada. Vamos perguntar de novo: Será que as autoridades do Governo e da Justiça Federal podem concordar na preparação de um leilão que vai destruir parte de nossa terra indígena?

O Ministério Público Federal, que exige o cancelamento do edital para desmatar nossa terra, diz que ele é de má fé e **fere todos os direitos dos povos indígenas**.

Para a audiência pública que está marcada para os dias 27 e 28 de novembro, precisa ser perguntado também como fica a situação dos ribeirinhos e populações tradicionais que moram na região e vivem dos rios e das florestas, nessa região que o governo colocou o nome de Flona Itaituba I e Itaituba II?^{*2}

A Intenção do governo de expulsar os Munduruku de seu território milenar não é de hoje. Primeiro ele esqueceu por décadas que nessa região existe populações: indígenas, seringueiros, pescadores, agricultores, ribeirinhos e outros; segundo, passa como um trator de esteira por cima da lei, desrespeitando o povo brasileiro e sua constituição quando reduz a Flona Itaituba I e II e o Parque Nacional da região que grandes empresas querem explorar. Denunciamos a conivência do IBAMA E ICMBIO com toda essa situação.

Exigimos do MPF a investigação dos madeireiros e dos garimpeiros que estão nos ameaçando dentro do nosso território.

Na região do Tapajós enquanto todos os dias se mata mais e mais florestas, com os madeireiros invadindo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211/ 2014

Brasília, 25 de novembro de 2014.

os Parques e Flonas, inclusive a terra que estamos autodemarcando, enquanto aumenta a quantidade de balsas de garimpo matando o rio Tapajós, bem em frente ao Parque Nacional da Amazônia, o governo se preocupa em atacar o povo Munduruku, e a negar o nosso direito da terra tradicional, em vez de fazer a sua obrigação de proteção do meio ambiente que pertence a todos os brasileiros. Se eles pensam que a gente vai desistir da luta pela nossa terra, na proteção da floresta e de todos os seres que vivem nela, na luta pelo futuro de nossos filhos, estão enganados. Seguimos fortalecidos e unidos pela sabedoria de nossos pajés e caciques, e pela ligação com a natureza e os espíritos que Karosakaybu nos ensinou.

Sawé !

-

¹ pariwat: não-indígena ou homem-branco na língua Munduruku.

² Saiba mais sobre os aspectos jurídicos da demarcação da terra indígena Munduruku, no ofício do Ministério Público, [AQUI](#).

Veja mais:

[Carta I da Autodemarcação do Território Daje Kapap Eypi, Munduruku](#)

[MPF/PA recomenda imediata suspensão de leilão de florestas na região das terras Munduruku](#)



04 Cacique Raoni Metuktire: Carta de apoio ao povo Munduruku lutando contra os projetos de hidrelétricas no Tapajós e no Teles Pires
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.11.2014

Por CombateRacismoAmbiental



Por esta carta, eu, Cacique Raoni Metuktire, líder do povo Mebengokre (Kayapó), gostaria de apoiar os Munduruku e os outros povos indígenas e ribeirinhos empenhados na luta contra as hidrelétricas Teles Pires e Tapajós e, especialmente, a caravana que eles organizam nos dias 26 e 27 de Novembro pelo rio Tapajós.

Desde sempre venho lutando não só para o meu povo como também para todos os povos indígenas da Amazônia, para que possamos viver em paz sem problemas em nossa terra. Hoje, após tantos anos de luta, somos ainda obrigados a lutar porque eles estão destruindo nossas florestas, estão destruindo nossos rios sem os quais não podemos sobreviver. Estes rios são o sangue de nossas veias, sem eles a terra e os animais vão morrer, e nós com eles.

Estou muito preocupado com meus irmãos Munduruku e com os outros povos indígenas e ribeirinhos dos rios Tapajós e Teles Pires. Se o governo realizar seu projeto de destruição, estes povos vão morrer. Por causa das barragens, os peixes não poderão mais subir o rio para se reproduzirem. A floresta será alagada e apodrecerá, a água se tornará tóxica para os peixes e os homens. A atividade em torno das barragens acabará com a floresta e não terá mais caça. A pesca e a caça tradicionais que alimentam essa população não serão mais possíveis. Os mosquitos proliferarão por causa da água parada dos reservatórios, e aqueles que não terão deixado suas terras serão obrigados a fugirem para escapar da malária.

O governo continua desrespeitando nosso direito à consulta prévia, livre e informada. Ele usa o terror para incentivar nossos irmãos Munduruku a deixarem suas terras. É por isso que a polícia federal assassinou um deles em frente à sua família na sua própria aldeia Teles Pires. O governo se gaba de seus programas de

CONT.



compensação elaborados com as empresas construtoras das barragens. Estes programas são impostos pela força, a intimidação, as ameaças e a chantagem. É a vida de um povo contra um pedaço de papel no qual constam algumas promessas. Mas as promessas são logo esquecidas. A existência destes programas e a violência usada para impo-los comprovam que quem constrói estas barragens sabe que nossas vidas são destruídas. Nunca se poderá compensar o que é tirado dos povos indígenas expulsos de suas terras. Um índio é rico de sua cultura. Na cidade, o índio não é mais ninguém, ele se torna mais pobre que o pobre. Ele tem de aceitar os trabalhos humilhantes para sobreviver. Logo, ele perde sua língua, suas tradições. Ele perde sua dignidade, seu orgulho de ser índio. Ele se torna assistido. O coração partido por ter perdido sua vida, sem futuro possível, muitos escolhem o álcool, a droga, o suicídio como escapatória. Arrancar os povos indígenas de suas terras é praticar o genocídio. Estes programas de compensação são uma afronta. Todo o dinheiro do mundo não basta para pagar a dívida que aqueles que querem construir estas barragens à força contraem com os povos indígenas.

Já viajei pelo mundo inteiro. Em todas as partes, expliquei que estes rios e esta floresta pelos quais lutamos são importantes para todos nós, sem exceção. Aqui se decide o futuro do Homem, quer seja ele branco, preto, amarelo ou indígena. Estou muito preocupado, porque vejo que o mundo está demorando a entender, está demorando para acordar. Hoje, estamos mais do que nunca ameaçados pelos projetos de desenvolvimento do governo da presidente Dilma Rousseff. Precisamos do apoio da comunidade internacional e dos cidadãos do mundo inteiro. Amanhã será tarde demais, não só para nós, mas também para todos aqueles a quem pedimos hoje ajuda.

O mundo deve exercer pressão no governo brasileiro para que ele pare a violação dos direitos dos povos indígenas em suas terras. Nós, povos indígenas do Brasil, há 514 anos que estamos sendo liquidados de forma lenta, despojados de nossas terras.

O mundo deve exercer pressão no governo brasileiro para que as terras indígenas sejam rapidamente demarcadas. É somente assim que poderemos proteger eficazmente a floresta.

O mundo deve exercer pressão nas multinacionais que participam da destruição do nosso meio ambiente vital obrigando-as a não mais cooperar com os projetos destrutores elaborados pelo governo brasileiro. Na Europa, acompanhado por meu sobrinho Megaron Txucarramae, denunciei energicamente a participação de empresas hidrelétricas francesas, alemãs e holandesas. Chamei a atenção dos deputados franceses e do presidente da Assembleia Nacional desse país sobre o vergonhoso envolvimento da EDF (uma empresa com 84% de participação estatal), na construção da barragem de Sinop, e sobre a manifesta disposição da empresa GDF-Suez de participar do leilão para construir as futuras barragens no rio Tapajós.

Sabemos que nossa luta é mundial, que somente com apoio planetário poderemos reverter a situação

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211/ 2014

Brasília, 25 de novembro de 2014.

, poderemos evitar a morte desse pulmão do planeta, a nossa bela floresta amazônica. Só unidos poderemos salvar nossos rios, nossas florestas, nosso planeta.

Eu apoio incondicionalmente a luta dos Munduruku, da mesma maneira com que eles nos apoiaram na luta contra Belo Monte, luta que não abandonamos, que nunca abandonaremos. Mesmo se essa barragem e outras similares entrarem em atividade continuaremos a combatê-las até que sejam completamente desmontadas, exatamente como foi obtida pelos nossos irmãos indígenas Hoopa, Yurok, Karuk e Klamath, da Califórnia, nos estados-unidos, após 12 anos de luta, a demolição da usina hidrelétrica do rio Klamath que já estava terminada e funcionamento.

Nós, povos indígenas do Brasil, que temos tanto a dar ao mundo, nós estamos desaparecendo uns após os outros há 514 anos, sempre pela mesma razão. Nós fomos saqueados, massacrados, hoje os últimos de nós só querem viver em paz nas suas terras.

Aos meus irmãos Munduruku e a todos estes povos que lutam para sua sobrevivência e a dos rios Xingu, Tapajós, Teles Pires assim como de todos os outros rios ameaçados do planeta.

Cacique Raoni Metuktire, povo Kayapó, terra indígena Kapot-Jarina, Mato Grosso, Brasil, 14 de novembro de 2014.



Boletim de Notícias - Edição nº 211/ 2014

Brasília, 25 de novembro de 2014.

05 Será lançado na Bahia livro sobre doenças ocupacionais na pesca artesanal, dia 27, às 17h
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



[CPP](#) – Acontece no próximo dia 27, às 17h , na Universidade Federal da Bahia (UFBA), o lançamento do livro “Sofrimento Negligenciado: doenças de trabalho em marisqueiras e pescadores artesanais”. O trabalho é o resultado de pesquisas que abordaram as principais doenças relacionados ao dia a dia de trabalho da pesca artesanal. Organizado pelos professores e médicos, Paulo Pena e Vera Lúcia Martins, a obra busca se aproximar das demandas, da linguagem e do contexto de vida desses grupos.

O lançamento contará com a apresentação do Coral de Marisqueiras de Conceição de Salinas e do canto do pescador Djalma, grande nome artístico da pesca da região. Além disso, haverá exposição do trabalho do fotógrafo Uendel Galter e de posteres de trabalhos apresentados em congresso sobre marisqueiras.

Processo e importância do livro

No Serviço de Saúde Ocupacional da UFBA (SESAO), vários profissionais, médicos e de outras disciplinas, que na atuação junto ao Movimento de Pescadores e Pescadoras da Bahia (MPP BA) e ao Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), visibilizaram as doenças ocupacionais dos pescadores, especialmente das marisqueiras, o que tem como resultado a incidência no governo do estado e nos municípios para efetivar

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211/ 2014

Brasília, 25 de novembro de 2014.

políticas públicas que possam dar respostas às situações evidenciadas.

Informações sobre a distribuição do livro ainda serão divulgadas.

06 Mulheres indígenas de Roraima encerram encontros regionais sobre direito, políticas públicas e relações de gênero

SÍTIO CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA (CIR), 24.11.2014

Escrito por: cir Foto(os): Mayra Wapichana



Mulheres indígenas mais fortalecidas e conhecedoras de direitos

Na mesa de debate, decoração à base de produtos agrícolas, artesanatos, frutas, mudas de planta e vestimenta tradicional, uma decoração que reflete o contexto social, político, cultural e econômico das mulheres em suas comunidades indígenas. Dessa forma, encerrou na quinta-feira, 20, as atividades do Encontro de Mulheres Indígenas Regionais com o tema “Direito, Política Públicas e Relações de Gênero”. Essa última etapa foi realizada na comunidade indígena Truaru da Cabeceira, na região do Taiano, região compreendida entre os municípios de Boa Vista e Alto Alegre (RR), reunindo mulheres das regiões do Amajari, Murupu e Taiano. O encontro teve a participação de mais de 80 pessoas, entre mulheres, jovens, crianças e idosos.

Encontro iniciou no dia 18, pela manhã, com a recepção da comunidade indígena Truaru, envolvendo a participação dos alunos da Escola Estadual Indígena Rosa Nascimento. No primeiro momento, a palestra sobre “Direitos e Mulheres Indígenas”, ministrada pela coordenadora do Departamento Jurídico do Conselho Indígena de Roraima (CIR) Joênia Wapichana dando destaque aos direitos fundamentais, direitos indígenas, violência doméstica e familiar, fazendo um panorama do contexto histórico de luta do movimento indígena, desde a época da Ditadura até as conquistas atuais.

A assistente social da Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social (SETRABES) Socorro Santos, também participou do debate sobre direitos e mulheres indígenas, apresentando os tipos de violência sofrida pelas mulheres. Entre os tipos, apresentou a violência física, psicológica, moral, negligência, patrimonial, sexual e

CONT.



outros. Socorro, também prestou orientação dos meios de denúncias e deixou à disposição das mulheres indígenas a coordenação de política para mulheres, onde atua no Setrabes.

A representante das mulheres indígenas da região do Amajari, da comunidade indígena Aningal, Edilene Ferreira de Alencar, da etnia Wapichana, acompanhando o debate sobre a violência contra a mulher mostrou preocupação devido os crescentes casos de violência física nas comunidades indígenas e disse que um dos desafios do movimento de mulheres indígenas é fazer com que as mulheres que sofrem tais violências tenham a coragem de denunciar. “Nós sabemos que existem casos de violência física, psicológica e até sexual nas comunidades indígenas, alguns já denunciados, mas ainda tem muitos que as mulheres não tiveram a coragem de denunciar” disse Edilene.

Por outro lado, Edilene falou da importância da realização do Encontro de Mulheres, sendo uma atividade fundamental para encorajar e fortalecer as mulheres que de certa forma se sentem sozinha e não enfrentam os problemas domésticos, principalmente o da violência. Porém, a atividade é vista como alternativa para fortalecer a participação das mulheres nos debates sobre direito indígena, especificamente, o direito da mulher.

A representante reivindicou a presença do poder público nas comunidades indígenas. “Precisamos que o poder público esteja mais presente nas comunidades, pois é muito difícil, e a presença é para continuar esse trabalho de conscientização, além de coibir alguns casos que vem ocorrendo nas nossas comunidades”.

À tarde, para mediar o tema sobre Educação Familiar e Escolar, nos contextos da criança e adolescente e o processo de formação, além da atuação do Conselho Tutelar, o encontro contou com a participação do juiz da Comarca de Pacaraima (RR), Aluísio Ferreira Vieira e do promotor de Justiça da Defesa da Infância e Juventude de Roraima, Marcio Rosa.

O adolescente Arlison Alves Santos, 12 anos, da etnia Macuxi, da comunidade indígena Anzol, área em processo de reivindicação, atento a palestra ministrada pelos representantes do poder judiciário disse ter, com papel e caneta na mão, aprendido bastante, principalmente quando se tratou dos direitos e deveres da criança e do adolescente.

“Eu gostei da palestra, aprendi muito e agora vou levar os conhecimentos para as demais crianças e jovens da minha comunidade que não puderam estar aqui”. Arlison destacou também, a ação do Conselho Tutelar, que não podem entrar na comunidade indígena sem o consentimento dos indígenas, dando assim, o direito da própria comunidade resolver os problemas internos. Outro ponto anotado, segundo Arlison, dito pelo juiz é que a comunidade pode ter o Conselho Tutelar Indígena. Na visão do adolescente, seria muito bom.

O segundo momento, uma reflexão sobre a militância das mulheres indígenas e suas diversas funções. São mães, estudantes, trabalhadoras, militantes, que assumem compromissos com a sua comunidade nas ações de fortalecimento e organização das mulheres, buscando superar os desafios pelo bem estar da

CONT.



família e da comunidade. Essa reflexão foi feita pelas coordenadoras regionais das três regiões participantes do encontro.

No dia 19, pela manhã, o debate continuou com a participação da servidora da Fundação Nacional do Índio (Funai/RR) Mariana Lima reforçando o contexto de conquista histórica dos povos indígenas pelo direito constitucional sob o ponto de vista dos direitos e deveres dos indígenas. A servidora também reforçou o debate sobre a temática da violência doméstica e familiar, o acesso aos benefícios sociais e as iniciativas das próprias comunidades indígenas no processo de organização social e político.

A jovem Ariene dos Santos Lima, 18 anos, da etnia Wapichana, coordenadora dos jovens da região do Taiano disse que o Encontro serviu muito para que as mulheres, os jovens possam conhecer os seus direitos, pois muitos ainda não tinha conhecido, uma descoberta significativa. “Esse evento contribuiu para que as mulheres conheçam os seus direitos, saibam que não estão sozinhas e assim, se sentirem mais protegidas e nós, enquanto jovens, temos o dever de colocar em prática os conhecimentos, as informações adquiridas nos encontros” frisou Ariene.

Um dos problemas que causam preocupação as comunidades indígenas é o envolvimento dos jovens com o consumo de bebidas alcoólicas e até o uso de drogas. Para essa questão, a coordenadora dos jovens destacou o trabalho que vem sendo feito na região, as oficinas, palestras e os encontros. “Nas atividades que realizamos, nós convidamos para ministrar as palestras, os próprios jovens que passaram por esse tipo de problemas, porque o importante é conhecerem e reconhecerem a situação, e essa atividade com certeza ajuda muito a diminuir os casos nas nossas comunidades indígenas.” Ariene finalizou reivindicando mais atividades dessa natureza.

À tarde as atividades continuaram com a realização da Oficina sobre direito, políticas e relações de gênero, especificamente sobre o acesso à água, boa práticas e tratamento alternativo e químico da água. Essa Oficina foi desenvolvida pelo Departamento Ambiental e Territorial do CIR, que executa o Projeto Água na região. Uma Cartilha informativa e educativa, produzida pelo Departamento, foi utilizada no trabalho com as mulheres indígenas.

No último dia, 20, as mulheres indígenas realizaram uma análise de conjuntura, com intuito de fortalecer a atuação das mulheres nas discussões sobre políticas públicas e movimento indígena. Ao final do Encontro, o planejamento e avaliação das atividades.

Projeto – “Direito e Povos Indígenas”

O Encontro faz parte do projeto “Direito e Povos Indígenas”, executado pelo Departamento Jurídico do Conselho Indígena de Roraima (CIR) com o apoio da Fundação Ford.

Nessa iniciativa foram realizados dois Encontros. O Primeiro, no Centro Indígena Regional Lago Caracaranã,

CONT.



região da Raposa, no mês de setembro, 2 a 4, onde reuniu mulheres indígenas da região Serra da Lua, Raposa e Baixo Cotingo. O segundo, no período de 14 a 16 de outubro, no Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS), região do Surumu, com a presença das mulheres das regiões Serras, Surumu e São Marcos.

A coordenadora do Departamento Jurídico do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Joênia Wapichana, avalia a atividade sendo positiva, pois considera que foi o primeiro passo, mas que esse passo precisa ser continuado. “A avaliação que faço é que motivou mais as mulheres, nesse primeiro passo, um passo que precisa ser continuado, porque colhemos muitas recomendações ao CIR, no sentido de desenvolver mais as capacitações, abordar os regimentos e demais questões que envolvem a participação das mulheres indígenas”.

Conforme as recomendações encaminhadas ao CIR, a coordenadora reforça que a organização irá encaminhar as demandas aos órgãos públicos, principalmente as que tratam das políticas públicas voltadas às mulheres. “Nós temos muitas informações para se trabalhar no CIR e também levar as autoridades, para que possamos dar retorno às mulheres”. Outro ponto importante destacado pela coordenadora foi quanto à atuação da Secretaria do Movimento de Mulheres Indígenas. “Creio que será um passo importante, o CIR no âmbito da Secretaria do Movimento de Mulheres Indígenas, terem essa ferramenta de trabalho para direcionar as futuras atividades”.

A Secretária do Movimento de Mulheres Indígenas de Roraima, Telma Marques Taurepang também avalia os resultados dos Encontros Regionais e destaca como ponto importante a participação dos jovens nos Encontros. “Um dos pontos importantes que destaco é a participação dos jovens no Encontro, onde discutimos sobre direito e deveres, os riscos e desafios, os tipos de violência sofrida pelas mulheres, não só pelas mulheres, mas pela criança das nossas comunidades indígenas”.

Telma Marques reforça a importância da atuação das lideranças indígenas nas comunidades, de forma mais precisa e exercendo a sua autonomia nas questões que vem afetando o bem estar coletivo dos povos indígenas. “Nós, povos indígenas, nossas lideranças precisam atuar de forma mais precisa dentro de suas comunidades, exercendo a sua autonomia, essa, que nós conquistamos, para que possamos amenizar as problemáticas e fortalecer a atuação enquanto movimento, não só das mulheres, mas como movimento indígena de Roraima”.

Para a realização das atividades, além do apoio da Fundação Ford, o CIR também contou com o apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto Insikiran, da Universidade Federal de Roraima(UFRR) e demais instituições que contribuíram de forma direta ou indireta com a iniciativa.



07 Encontro de povos indígenas no Sesc Belenzinho tem muitas atrações
SÍTIO CATRACA LIVRE, 24.11.2014

Redação em 24 de novembro de 2014 às 10:32

Com o objetivo de promover o intercâmbio cultural, além de valorizar e divulgar expressões culturais dos povos indígenas de diversas regiões brasileiras, o [Sesc Belenzinho](#) recebe o projeto “[Brasil Indígena – Histórias, Saberes e Ações](#)”. Nos dias 16, 17 e 18 de dezembro, diariamente das 9h às 22h, o espaço promove diversas atividades culturais, tudo com entrada Catraca Livre.

Para a programação, o Sesc conta com intervenções artísticas de membros de pelo menos seis povos diferentes: Xavante (MT), Kaiowá (MS), Krahô (TO), Kariri Xocó (SP), Tembê (PA), Guarani, entre outros.

Brasil Indígena (divulgação)



“Brasil Indígena – Histórias, Saberes e Ações” rola de 16 a 18 de dezembro no Sesc Belenzinho

Dentre os destaques da programação está a **Mostra de Cinema Indígena**, com vídeos expressivos que retratam costumes, tradições e situações de luta pelos direitos indígenas - algumas sessões ainda contam com debate de diretores.

Outra atividade interessante é a oficina de pinturas corporais, em que duas mestras representantes de povos indígenas vão explicar sobre as pinturas corporais de seus povos, seus significados, histórias e contextos de aplicação. Nas demonstrações, serão utilizados pigmentos naturais feitos com urucum (tintura de cor vermelha) e jenipapo (tintura de coloração preta).

E que tal participar de uma legítima roda de histórias indígena? Ou, então, aprender um pouco mais sobre as danças típicas e seus significados? Se você se interessou, acesse o [site do Sesc Belenzinho](#) e confira a programação completa.



08 Governo abre concurso para professores indígenas
SÍTIO EM RONDÔNIA.COM, 24.11.2014

Edital deverá ficar pronto ainda este ano; As contratações estão previstas para o ano letivo de 2015
Publicado Segunda-Feira, 24 de Novembro de 2014, às 22:18 | Fonte da Redação



Edital deverá ficar pronto ainda este ano; As contratações estão previstas para o ano letivo de 2015

Edital deverá ficar pronto ainda este ano

O secretário de estado de Educação Emerson Castro disse hoje em Ji-Paraná que o Governo Estado vai abrir concurso público para contratação de pelo menos 170 professores indígenas. A declaração foi dada à imprensa local na abertura oficial do curso de formação continuada para professores indígenas, que segue até sexta-feira no auditório do hotel Maximu's.

“Rondônia é o primeiro estado brasileiro a realizar concurso público para contratar profissionais indígenas ao quadro efetivo de servidores”, disse o secretário, dando ênfase à importância de preservar a riqueza e o patrimônio cultural indígena das 57 etnias que vivem em Rondônia. “O indígena é que deve ocupar esse espaço didático-pedagógico na própria aldeia”, esclarece o secretário Emerson, explicando que o concurso público será voltado aos povos indígenas.

O Governo de Rondônia mantém 110 escolas públicas indígenas de ensino fundamental. No município de Ji-Paraná são 12 escolas, cinco delas foram inauguradas em agosto do ano passado. Cerca de 270 indígenas de diversas etnias concluíram o projeto Açaí, foram diplomados pela Secretaria de Estado de Educação

CONT.

(Seduc) e estão aptos a participar do concurso público.



O Governo de Rondônia mantém 110 escolas públicas indígenas de ensino fundamental

O projeto Açaí visa proporcionar aos indígenas a formação em magistério, nível médio, para atuação intercultural e histórica de cada etnia. Os diplomados tem pela frente a missão de exercer a docência nas séries iniciais nas próprias aldeias e promover o intercâmbio cultural.

Formação Continuada

Iniciado na manhã desta segunda-feira, 24, o curso de formação continuada para professores de área indígena tem a finalidade de oferecer subsídios teóricos e práticos para melhorar a prática pedagógica dos professores nas escolas indígenas. O curso segue até sexta-feira com aulas teóricas e discussões acerca da cultura dos povos indígenas.

Entre os objetivos, o Governo do Estado, por meio de técnicos da Seduc, pretendem reelaborar conceitos coerentes com a realidade da comunidade escolar, enriquecer o processo de ensino aprendizagem melhorando a qualidade do ensino intercultural, além de minimizar as dificuldades encontradas na prática de sala de aula.

Fonte

Texto: Paulo Sérgio - Assessoria Regional de JI-Paraná

Fotos: Paulo Sérgio

Decom - Governo de Rondônia



Boletim de Notícias - Edição nº 211/ 2014

Brasília, 25 de novembro de 2014.

09 Abertas inscrições para o evento Defensoria Quilombola
SÍTIO SURGIU, 24.11.2014

Da programação faz parte a palestra “A defesa das comunidades tradicionais quilombolas”

No próximo dia 27, a Defensoria Pública do Tocantins, por intermédio do NAC – Núcleo de Ações Coletiva, DPAGRA – Núcleo da Defensoria Pública Agrária e NUSA - Núcleo de Defesa da Saúde, realiza o evento Defensoria Quilombola – Uma aliada na efetivação dos direitos das comunidades tradicionais -, às 19h no auditório da Instituição, em Palmas.

Da programação faz parte a palestra “A defesa das comunidades tradicionais quilombolas”, com a defensoria pública e coordenadora do NDPA – Núcleo das Defensorias Públicas Agrárias do Estado do Pará, Andréia Macedo Barreto, apresentação da dança Sussa e ainda a exposição fotográfica “Resgatando a identidade”.

O evento é dirigido a Servidores e Membros da Defensoria Pública do Tocantins, estudantes, estagiários e profissionais que atuam na área dos direitos dos quilombolas. Para participar basta acessar o link: <http://evento.defensoria.to.gov.br/defensoria-quilombola> e fazer a inscrição.

Palestrante

Andréia Macedo Barreto - Defensora Pública do Estado do Pará, Coordenadora do NDPA – Núcleo das Defensorias Públicas Agrárias do Estado do Pará. Concluiu o bacharelado (2004), Mestrado (2007) e Doutorado em Direito (2011), no Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará, área de concentração: "Direitos Humanos". Tem experiência na área de Direito Ambiental, Agrário e Civil, bem como em docência superior, tendo ocupado o cargo de Professora Adjunta 1 na Universidade Federal do Pará, onde atualmente integra o corpo docente do Curso de Especialização em Gestão Ambiental, do Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia, no Campus Tucuruí.

[DEFENSORIA QUILOMBOLA](#)

Foto:

Fonte: Alessandra Bacelar

Postador: Laísa Praxedes



10 Indígenas da Venezuela deixam município de Roraima sem combustível
SÍTIO EBC, 24.11.2014

Maíra Heinen

Moradores do município de Pacaraima, em Roraima, estão há quatro semanas sem a possibilidade de abastecer os carros. O único posto de combustível que atende a cidade fica na Venezuela e está interditado por indígenas da comunidade de Santo Antônio, em Santa Elena de Uairén. Eles protestam contra a permanência da bomba de gasolina em área indígena.

De acordo com o prefeito de Pacaraima, Altemir Campos, o protesto não tem relação com o Brasil, mas com a falta de indenização que a comunidade indígena deveria ter recebido do estado de Bolívar, desde a época da construção do posto.

Segundo o prefeito, não é atrativo para o empresariado abrir um posto de combustíveis em Pacaraima, porque a diferença de preços é muito grande. No posto venezuelano, atualmente, a gasolina custa R\$ 0,90. Já em Boa Vista, o combustível é vendido a R\$ 3,20.



11 Secretário abre Curso de Formação Continuada em Ji-Paraná
SÍTIO TUDO RONDÔNIA, 24.11.2014

O coordenador de Educação Indígena da Seduc, Flávio Luiz, tem cumprido as orientações do secretário quanto ao apoio ao setor educacional indígena

Com o auditório do Hotel Maximu`s, em Ji-Paraná,lotado, o secretário de Estado da Educação de Rondônia (Seduc), Emerson Castro, abriu oficialmente na manhã desta segunda-feira, 24, o Curso de Formação Continuada para Professores Indígenas e não Indígenas nas Escolas da Rede Estadual de Rondônia.

Em companhia da professora Angelica Amaral, subgerente de Educação da Seduc, o secretário vem incentivando e participando das ações de formação de profissionais da educação das mais distintas etnias. “A determinação do governador Confúcio Moura é de melhorar, cada vez mais, o ensino nas aldeias indígenas de Rondônia e, para tanto, a formação de professores nas tribos é um elemento importante para a consolidação de melhoria do processo ensino-aprendizagem”, afirmou Emerson.

O coordenador de Educação Indígena da Seduc, Flávio Luiz, tem cumprido as orientações do secretário quanto ao apoio ao setor educacional indígena, e a formação continuada para professores é um dos fatores relevantes para a melhoria na qualidade do ensino.

O Governo do Estado vem investindo na infraestrutura da rede escolar indígena e a prova maior são as escolas, em alvenaria, que estão sendo construídas por intermédio da Seduc em diversos municípios de Rondônia e que constam de um design que moderno para salas multiseriadas.

As lideranças indígenas presentes ao evento em Ji-Paraná teceram elogios ao Governo do Estado e agradeceram ao secretário Emerson Castro pelos benefícios que tem canalizado para o setor educacional nas reservas indígenas.



Boletim de Notícias - Edição nº 211/ 2014

Brasília, 25 de novembro de 2014.

12 Município de Mato Grosso recebe Expedicionários da Saúde
SÍTIO CENÁRIO MT, 24.11.2014

CenárioMT

Lenine Martins/Secom-MT



O município de General Carneiro (a 442 km a leste de Cuiabá) recebeu, numa ação inédita, entre os dias 18 e 22 de novembro, os Expedicionários da Saúde, uma organização que reúne médicos voluntários que levam medicina especializada e atendimento cirúrgico à populações indígenas de diversas regiões isoladas do BRASIL. Durante uma semana a EQUIPE se instalou no município mato-grossense e realizou cerca de 17 cirurgias e dezenas de consultas a índios da etnia Xavante. Nessa expedição 23 pessoas entre médicos, enfermeiros, logísticos e jornalistas compõem o quadro de profissionais. As cirurgias realizadas foram de catarata, hérnia e vesícula. Classificada como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), os Expedicionários da Saúde já passaram pelo Pará, Amazonas e Mato Grosso, no Parque Nacional do Xingu.

Conforme relatou o coordenador da Expedição, dr. Fábio Atui, cirurgião gastro, para essa expedição a equipe de médicos esteve na região de General Carneiro, em Mato Grosso, no mês de agosto e identificaram que essa população especificamente tinha um problema de saúde que não seria possível resolver nas barracas montadas nas aldeias, porque eram cirurgias que necessitavam de uma tecnologia

CONT.



maior, de um pós operatório mais protegido. Muitos índios tinham pedras na vesícula e para resolver esse problema a cirurgia a ser feita é a retirada da vesícula. Hoje, de acordo com Atui, o que há de mais moderno para retirar a vesícula biliar é fazer cirurgia através da videolaparoscopia, onde não se faz a incisão, o corte e sim através de pequenos orifícios.

Identificado essa demanda, foram buscar soluções. Em convênio com Distrito Sanitário Especial Indígena (Desei) e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) buscou-se na região um hospital em General Carneiro. Doutor Fábio conta que foram aceitos na cidade de forma entusiasmada pela população e pela prefeitura e transformaram o hospital municipal com toda a cadeia de pessoas para realizar essas cirurgias. “Dois meses depois voltamos já com a equipe pronta e equipamentos e fizemos nessa semana 15 cirurgias laparoscópicas”.

Segundo Atui, o apoio que a Expedição recebe é muito grande, principalmente das prefeituras, do Desei e Sesai. Para ele, o mais interessante é que toda a população de General Carneiro se envolveu na ação. Pessoas voluntárias saíram de suas casas para cozinhar para a equipe médica, para os pacientes e acompanhantes. “Isso é o mais legal: ver o envolvimento da cidade numa causa como essa”.

Para a prefeita de General Carneiro, Magali Vilela, a parceira com a equipe dos Expedicionários surgiu com esforços da população e do executivo municipal para que a ação acontecesse na cidade. “Esperamos que isso sirva de exemplo não só para os municípios de Mato Grosso mas também para outros de todo o Brasil, já que muitas cidades possuem hospitais que têm a estrutura mínima para que a equipe da Expedição possa se instalar”.

A prefeita explicou que a tecnologia que eles trazem de São Paulo é de ponta. “Preparamos o ambiente com o engenheiro hospitalar pra receber essa estrutura de São Paulo e conseguimos realizar as cirurgias naqueles que necessitavam”, disse Magali.

O índio xavante Vitor Fernandes, há 22 anos aguardava por uma cirurgia de pedras na vesícula e agora já não sente mais dores depois de operado pela equipe dos Expedicionários da Saúde. “Estou melhor agora, está tudo ok. O trabalho da equipe é bom, minha vida ganhou e agora estou bem, graças a Deus”.

Existem algumas formas de ajudar a Expedição, bem como se informar sobre as ações, por meio do site www.eds.org.br. “Especialmente para essa expedição temos um sistema chamado financiamento coletivo. Um site onde tem toda a segurança para fazer a doação que pode ser mínimo, de R\$ 10,00, que se chama Catarse (<http://catarse.me/pt> ou <http://catarse.me/pt/edsxingu2014>), para apoiar e fazer com que os profissionais da saúde continuem cumprindo essa missão.

CONT.



OS EXPEDICIONÁRIOS

Doutor Fábio Atui, conta que há 10 anos um grupo de médicos se uniu e começou a buscar maneiras de levar saúde especializada a populações isoladas. Eles subiram o Pico da Neblina para turismo e encontraram uma comunidade Yanaomami, que tinham algumas necessidades e começaram atender essa tribo. Depois voltaram com uma pequena quantidade de material e com isso os atendimentos foram crescendo. “A Expedição conta com apoio de empresas farmacêuticas, hospitais locais e colegas médicos, o que fez com que a gente começasse a atuar com uma frequência maior, sempre respaldados, naquela ocasião, por um HOSPITAL e mais pra frente desenvolvemos uma barraca de campanha e começamos a operar em área indígena”. De acordo com o médico a intenção de operar em área indígena é que os índios ficando em sua área mantém o seu modo de viver. “Enquanto ele fica na terra a floresta fica em pé. É uma maneira de preservar a natureza e o modo de viver da população”.

A partir daí as expedições foram se desenvolvendo e ficando maiores e mais elaboradas. Encampou-se pediatria, odontologia, ginecologia, clínico geral, exames de diagnósticos, começou a virar um hospital a céu aberto.



Boletim de Notícias - Edição nº 211/ 2014

Brasília, 25 de novembro de 2014.

13 Cultura e religiosidade marcam a 4ª noite do Encontro dos Tambores na UNA
SÍTIO JORNAL DO DIA, 24.11.2014

Karla Marques

karlapriscilasm@gmail.com

Da Redação - Agência Amapá

Como parte da programação da Semana da Consciência Negra, o 20º Encontro dos Tambores, realizado no Centro de Cultura Negra do Amapá, reuniu na noite deste domingo, 23, centenas de pessoas que foram prestigiar o evento. Durante os seis dias, aproximadamente 40 comunidades afrodescentes do Estado participarão do encontro para mostrar à população uma pouco da sua história, crença, cultura, religiosidade e tradição.

Em uma mistura de cores e ritmos, pelo menos dez grupos tradicionais de várias localidades se apresentaram durante a noite com muito batuque, marabaixo e tambor de crioulo, que animavam o público e os incentivavam a entrar na roda e participar das apresentações.

O grupo cultural Torrão do Matapi abriu a programação da quarta noite de evento, levando ao Centro de Cultura o melhor do marabaixo, com canções que retratam o cotidiano da comunidade e homenageando São Benedito, o padroeiro do Torrão do Matapi, comemorado anualmente no dia 5 de janeiro.

O autônomo nordestino Charles Rodrigues, que vive há dois anos no Estado, ficou encantado com a programação.

"Apesar de viver aqui no Amapá há algum tempo, não conhecia essa festividade e hoje, passando por aqui e vendo o movimento, resolvi parar para conhecer e estou muito surpreso. Nunca tinha participado de um encontro assim, voltado exclusivamente para a população negra, que mostra a sua cultura, suas danças e que ao mesmo tempo envolve a participação da comunidade na apresentação", enfatizou.

O grupo Nossas Raízes, da comunidade quilombola do Ambé, foi o segundo a se apresentar com danças em louvor a São Roque, padroeiro da localidade, e homenagens à matriarca Mariana de Souza Pereira, que durante anos esteve à frente da comunidade, mantendo a tradição do povo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211/ 2014

Brasília, 25 de novembro de 2014.

Para a presidente do grupo, Carmen Lúcia Pereira, a apresentação deste ano foi uma das mais especiais de toda a sua história à frente do grupo, em função das homenagens à sua avó, Mariana, que durante anos lutou pela comunidade.

"Para nós, do Ambé, é um grande orgulho estarmos aqui, hoje, homenageando nossa matriarca, uma mulher guerreira que sempre lutou e buscou incentivar nosso povo a manter suas raízes e suas tradições, e o orgulho de ser parte dessa comunidade quilombola", revelou.

União Folclórica do Igarapé do Lago, Santo Antônio do Matapi, São Sebastião do Mazagão Novo, Berço do Marabaixo da Favela, Comunidade do Mata Fome, Batuque Raízes do Coração, Herdeiros do Marabaixo e Tambor de Crioula também se apresentaram durante a noite e madrugada deste domingo.

A programação, que acontece desde a quinta-feira, 20, segue durante esta segunda-feira, 24, a partir das 20h, na União dos Negros do Amapá (UNA), com a apresentação de mais dez comunidades.

Confira a programação

Segunda-feira, 24

Rufar dos Tambores

Raízes do Marabaixo (infantil)

São Benedito do Mazagão Novo

Santa Luzia do Maruanum II

Comunidade do Carvão

Tambor de Criola (Porto Grande)

Raízes do Bolão

Tradição Cultural São Benedito de Campina Grande

São Raimundo do Pirativa

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211/ 2014

Brasília, 25 de novembro de 2014.

Irmandade São José da Pedreira

Associação Folclórica Curiaú

Terça-feira, 25

Participação Especial

Grupo Cultural Asafes do Rei - Quilombo do Mel

Ancestrais

Marabaixo do Laguinho

Grupo Cultural Malocão do Pedrão

Show de artistas locais

14 Avanços e desafios do Povo Nukini no uso e conservação dos recursos naturais e sua produção de alimentos na região do Vale do Juruá
SÍTIO ECODEBATE, 25.11.2014

Por Paula Lima e José Frank, Assessores técnicos, Comissão Pró-Índio do Acre

Há anos o povo indígena Nukini vem refletindo sobre as ações de gestão territorial e ambiental em sua terra e desenvolvendo atividades e normas acordadas sobre o uso e manejo dos recursos naturais, vigilância e monitoramento, entre outras estratégias estabelecidas, para a proteção de sua terra e entorno.



Agente agroflorestal Pedro Evaristo e alunas da TI Nukini durante atividade de assessoria realizada pela CPI-AC (Foto: José Frank).

[\[EcoDebate\]](#) Com intuito de apoiar e fortalecer estas ações na Terra Indígena, entre os dias 13 a 31 de outubro de 2014 a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC) realizou assessoria técnica aos agentes agroflorestais indígenas (AAFI), das duas principais aldeias da TI – Meia Dúzia e República. Para esta atividade foi realizado um planejamento participativo com a comunidade, em que foram propostas a continuidade da formação técnica, em serviço do AAFI e o acompanhamento pelos assessores do trabalho socioambiental organizado com a comunidade.

Cerca de 30 a 40 participantes realizaram as atividades diariamente, incluindo jovens, velhos e demais lideranças. O trabalho foi realizado em cooperação com a escola, onde os professores foram essenciais

CONT.



para a articulação das atividades. Dentre elas, destacam-se a construção de viveiros e sementeiras para a produção de mudas de espécies frutíferas e florestais, plantios de mudas de castanheiras, jatobá, açaí touceira e demais espécies nas áreas das aldeias, levantamentos de espécies frutíferas nos quintais agroflorestais, diagnósticos da agrobiodiversidade dos roçados e da criação animal, dentre outras atividades de produção agroecológica.

A atividade de levantamento de quintais e roçados durante a assessoria, permitiu evidenciar a preocupação do Povo Nukini em produzir alimentos saudáveis, com todas as famílias cultivando o seu próprio roçado diversificado e colhendo uma farta produção de alimentos para autoconsumo. É uma terra tão boa de render frutos que o excedente ainda fornece renda para as famílias, que comercializam sua produção no município, como a melancia, abacate, macaxeira, milho, farinha e feijão. O desafio atual em relação a segurança alimentar dos Nukini ainda é implementar a regionalização da merenda escolar, e merece mais atenção dos órgãos competentes.

“A partir dessa pesquisa dos quintais e roçados agroflorestais, começamos a entender melhor a realidade de cada morador, a forma como vivem nas suas casas, plantando, várias espécies de frutas, medicinais, verduras. A gente só conhece a realidade da comunidade através de uma mobilização como foi essa pesquisa, onde eu junto com os meus alunos que me acompanharam e a dona do quintal, podemos conhecer a quantidade de fruta que essa família colhe como alimento e ainda vem aquele de fora que vai utilizar também” (Professora Leila, Aldeia República -TINukini).

Nas assessorias, houve o apoio dos AAFIs Lucas Azevedo e José Marcondes da TI Puyanawa e do AAFI Milton Carneiro da TI Nawa. A participação dos AAFIs em intercâmbio representa uma das modalidades desenvolvidas pela CPI-AC na formação do agente agroflorestal, onde há intensa troca de experiências entre os AAFIs de diferentes povos indígenas. Vale ressaltar que muitas discussões e reflexões das práticas durante as assessorias foram desenvolvidas pelos próprios AAFIs, em intercâmbio, contribuindo com o processo de formação dos mesmos e fortalecendo o protagonismo indígena.

“Esse intercâmbio foi muito proveitoso para mim porque aprendi muitas coisas novas que não tem na minha TI Puyanawa, como o roçado sustentável onde os Nukini plantam variedades de espécies de produção de alimentos” (AAFI José Marcondes- TI Puyanawa).

Além dessas práticas também foram abordadas questões no âmbito da Saúde e Educação Ambiental, sensibilizando os participantes para um mutirão de coleta e organização do lixo, bem como quais seriam as estratégias e planejamentos dos moradores para evitar os impactos e efeitos negativos do lixo em Terras Indígenas.

CONT.



“Só quem sabe a dor que o lixo causa é quem pode propor mudar. Cuide do seu lixo e evite conflitos que há de vir porque eu já comecei a cuidar!” (Trecho de texto de Pablo, aluno indígena da Aldeia República- TI Nukini).

As reflexões, discussões e comentários sobre o Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Nukini, realizadas pelos participantes da oficina, deram seguimento após as atualizações dos mapas temáticos. Estes mapas são produzidos de acordo com os interesses da própria comunidade, no âmbito das reflexões sobre a situação de abundância dos recursos naturais, da caça e pesca, uso da terra e ameaças externas que exercem significativa pressão sobre o território. Assim, os Nukini revisaram e atualizaram seus mapas de pesca, de caça, uso dos recursos naturais, vegetação, histórico, ocupação e invasão.

Revisar e atualizar estes mapas leva a comunidade a refletir sobre as situações da terra, como os impactos das invasões de madeireiros, pescadores e caçadores e também áreas de pastagem para o gado. Além destas ameaças, há questões pertinentes aos grandes projetos de estrutura viária, prospecção de petróleo e narcotráfico, que se apresentam no contexto das dinâmicas transfronteiriças na região Acre (Brasil) – Ucayali (Peru), como ameaças que afetam direta e indiretamente a terra indígena e seu entorno.

Com aproximadamente 27.263 hectares, a Terra Indígena Nukini localiza-se próxima à fronteira Acre-Ucayali, faz limites com o Parque Nacional da Serra do Divisor à Oeste, com o Projeto de Desenvolvimento Sustentável São Salvador a norte e ao sul com a TI Nawa (Correia, 2004). Nas discussões do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena (PGTA), os participantes apontaram questões que fortalecem a gestão territorial e ambiental, as quais envolvem de forma mais efetiva as lideranças Nukini nessa temática transfronteiriça, no âmbito das reuniões e eventos das instâncias governamental e não-governamental, que tratam do assunto, como o Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT) e o Núcleo Estadual de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (NEDIFAC). Além destas estratégias, ocorreram reflexões sobre ações que possam influenciar e sensibilizar os vizinhos do entorno de sua terra, na busca de possíveis “mitigações” sobre os impactos e efeitos produzidos por essas dinâmicas na região fronteira do Vale do Juruá.

Ameaças sobre a TI Nukini, como as invasões de caçadores, são comuns e acontecem com frequência. Na busca de solucionar esses e outros problemas, a liderança Paulo Nukini ainda falou sobre alguns encaminhamentos, objetivando articulações para estabelecer diálogos entre ICMBio, INCRA, IBAMA, FUNAI e os Nukini, para discutirem a situação de invasão de pessoas do Projeto de Desenvolvimento Sustentável São Salvador. Segundo a liderança “eles não tem nenhuma reserva de garantia (caça), por isso invadem a Terra Indígena”.

“Meu nome é Paulo Nukini, sou do povo Nukini. Eu como liderança estou gostando realmente da reunião,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211/ 2014

Brasília, 25 de novembro de 2014.

do encontro que estamos fazendo, das negociações, das propostas dentro da comunidade, de botar dentro do plano de gestão e melhorar cada dia. Estas propostas são para conseguirmos uma terra mais fortalecida e mais produtiva dentro dos nossos direitos indígenas. E com a vinda do pessoal da CPI-AC hoje eu acredito que a comunidade está mais empenhada, se desenvolvendo dentro das propostas e estamos tendo um bom resultado disso” (Cacique Paulo Nukini- TI Nukini).

O trabalho desenvolvido pela CPI-AC integra o projeto “Gestão Indígena no Acre” que é patrocinado pela iniciativa Petrobras Socioambiental.



Presidente da Cultura Cleir e Vice-Liderança Paulo durante atualização do Plano de Gestão na Aldeia República (Foto: José Frank).



Boletim de Notícias - Edição nº 211/ 2014

Brasília, 25 de novembro de 2014.



Lideranças durante a atualização do Mapa de Ocupação da TI Nukini (Foto: José Frank).

CONT.



Professores e alunos das escolas indígenas da Aldeia Meia Dúzia durante atividade de diagnóstico dos quintais agroflorestais

(Foto: José Frank).



Vista de um final de tarde chuvoso, na Aldeia República – TI Nukini (Foto: Lucas Azevedo).

Publicado no Portal [EcoDebate](#), 25/11/2014

15 Operação Curaretinga apreende toras de madeira em área indígena de RO
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 25.11.2014

Exército, Funai e Polícia Federal participaram da Operação Curaretinga.

Pistas de pousos e balsas também foram encontradas durante a missão.

Dayanne Saldanha

Do G1 RO



No Rio Guaporé, fronteira com a Bolívia, na área conhecida como Baía das Onças, foram constatadas três balsas fazendo extração de minérios no rio (Foto: Dayanne Saldanha/G1)

Deflagrada no dia 19 de novembro, e sem data prevista para terminar, a Operação Curaretinga, em Guajará-Mirim (RO), município a 300 quilômetros de Porto Velho, é realizada pelo 6º Batalhão de Infantaria de Selva (6º BIS), para a fiscalização e coibição de crimes ambientais com o apoio da Polícia Federal e a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Durante a operação, foram localizadas balsas no Rio Guaporé, pistas de pouso e apreendidas cerca de 400 toras de madeira de lei em área indígena. O término da operação seria em 28 de novembro, mas o 6º BIS afirma que ela continuará por mais alguns dias após esta data. Atuando em toda a área da 17ª Brigada, que

CONT.

abrange Acre, Rondônia e Sul do Amazonas, o 6º BIS vigia toda a área de fronteira na região de Guajará-Mirim, que tem cerca de 400 quilômetros de extensão.



Abordagens são contra crimes ambientais e de fronteira (Foto: Dayanne Saldanha/G1)

A operação contou com bases terrestres, dentre elas, uma em área da Funai que fica na comunidade de Ribeirão, distante cerca de 70 quilômetros de Nova Mamoré (RO). Na localidade foram encontradas várias toras de madeira nobre, derrubadas em um acampamento recentemente abandonado no meio da floresta de propriedade indígena. Segundo o exército, as 381 toras de madeira teriam valor aproximado de R\$ 215 mil reais. No momento da apreensão, não havia ninguém no local.

Durante missão aérea feita em parceria com a Polícia Federal, várias pistas de pouso foram avistadas pelas autoridades. No Rio Guaporé, fronteira com a Bolívia, na área conhecida como Baía das Onças, foram constatadas três balsas fazendo extração de minérios no rio. Como elas estavam na margem boliviana, não foi realizada nenhuma prisão até o momento. O 6º Bis já realizou duas ações anteriormente, apreendendo balsas e 15 homens bolivianos até a Polícia Federal do município.

“A operação ainda não terminou, estamos no início da segunda fase fluvial, que vai atingir os principais rios de Guajará-Mirim, até Costa Marques, de onde seguirão até a fronteira para coibir crimes fronteiriços e ambientais”, afirma o coronel Reginaldo Vieira de Abreu.



Boletim de Notícias - Edição nº 211/ 2014

Brasília, 25 de novembro de 2014.

16 Livro sobre comunidade Tia Eva será lançado sexta-feira
SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 25.11.2014

A publicação é resultado de um ano e meio de pesquisa jornalística=

DA REDAÇÃO

25 de Novembro de 2014 | 13h30



Livro conta história da comunidade Tia Eva

(Foto: Divulgação)

Será lançado na sexta-feira (28), a partir das 19 horas, no Memorial da Cultura da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (Avenida Fernando Correia da Costa, 559 – centro.) o livro “Retratos da Comunidade Tia Eva”, da jornalista Priscila de Oliveira Ribeiro, que contou com o apoio do Fundo de Investimentos Culturais do governo do Estado.

A publicação é resultado de um ano e meio de pesquisa jornalística e documental que narra através de fotos e textos um pouco da história da Comunidade Remanescente de Quilombo Eva Maria de Jesus, ou Tia Eva, como é tradicionalmente conhecida.

O trabalho de reportagem feito por Priscila de Oliveira Ribeiro apresenta vida, costumes, heranças culturais e das perspectivas de futuro dos moradores desta centenária comunidade. Seu diferencial é justamente a abordagem fotográfica e contemporânea.

Inicialmente produzido como trabalho de conclusão do curso de jornalismo da Universidade Federal de

CONT.



Mato Grosso do Sul em 2013, o livro chamou atenção da banca, que sugeriu a publicação. Ao se formar, a jornalista Priscila voltou a campo em 2014 para captar mais fotografias, buscar informações adicionais e resolver cada detalhe que ainda não estivesse de acordo com o desejado. Concebeu, pesquisou, entrevistou, fotografou, escreveu e editou seus textos.

Segundo a autora, a publicação busca fazer uma homenagem a ex-escrava Tia Eva e a comunidade que leva seu nome.

Fundada em 1905 pela ex-escrava Eva Maria de Jesus, mais conhecida como Tia Eva, a Comunidade participou da formação de Campo Grande. Em reconhecimento aos serviços prestados, a matriarca, que nasceu no interior de Goiás, recebeu em 1996, da Câmara de Vereadores da Capital, o título de cidadã campo-grandense.

Devota de São Benedito, Tia Eva construiu, na comunidade, uma igreja em homenagem ao santo, posteriormente tombada como patrimônio histórico e cultural do Estado. Todos os anos é realizada no local a tradicional Festa de São Benedito, que faz parte do calendário municipal.

Em 2008 a Comunidade Tia Eva foi reconhecida como Remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares.



17 Celebração da Cosciência Negra reúne número recorde de 3 mil quilombolas
SÍTIO POCONET, 25.11.2014

Foto: **Reprodução**



O movimento negro tem algo a mais para comemorar nesse mês. O 10º Encontro em Comemoração ao dia da Consciência Negra da Comunidade Quilombola de Cágados teve 3.200 participantes, no município de Poconé, no último domingo (23.11). Segundo a organização, o número de participantes foi recorde. O número supera em 28% a marca do ano passado, de 2.500 pessoas.

De acordo com o superintendente de Promoção de Igualdade Racial, Pedro Reis, a expectativa para a próxima edição é de que seja ainda maior, o planejamento será para reunir 4 mil pessoas. “Iremos ampliar a parceria com a Secretaria de Educação (Seduc), na qual ônibus escolares foram disponibilizados para várias comunidades circunvizinhas para leva-las e busca-las no encontro”, declara.

Estiveram presentes o secretário adjunto de Direitos Humanos, Valdemir Pascoal e a secretária da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae), Arianna Lópes. Na ocasião foi distribuído um gibi informativo recém lançado e o folder da Coetrae. “O conhecimento das entidades representativas e de suas respectivas ações pela população é de fundamental importância para o desenvolvimento das mesmas”, ressaltou Pascoal.

Minha Casa, Minha Vida- Nove projetos do programa federal Minha Casa, Minha, Vida para atender comunidades quilombolas estão aprovados pela superintendência do Banco do Brasil. Matacavalo, Jacaré dos Pretos, Lagoinha de Baixo, Lagoinha de Cima, Cachoeira Rica, Morro do Kambambi, Campina de Pedra,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211/ 2014

Brasília, 25 de novembro de 2014.

Jejum, Retiro serão as comunidades beneficiadas com em média 75 casas do benefício. De acordo com Reis, a prioridade é para os membros da comunidade que não residem fora dela.

Fonte: Da Redação



18 AM: laboratório de holograma deve atender ribeirinhos
SÍTIO TERRA, 25.11.2014

Tecnologia transmite via satélite, em tempo real, imagens tridimensionais de um objeto ou pessoa. Como os dois lados se enxergam, permite, inclusive, que o examinador peça para o paciente se aproximar ou mostrar melhor alguma lesão

Clarissa Barreto



Foto: Elaíze Farias / Agência Pública

Poderia ser uma cena de Star Wars. Mas, em cerca de um ano, deve acontecer em comunidades ribeirinhas da Amazônia. Por meio da holografia, ou a transmissão de imagens tridimensionais em tempo real, os moradores da região devem receber cuidados médicos para diagnosticar, orientar e supervisionar tratamentos a distância.

Por enquanto, só a primeira parte do projeto está pronta - no último dia 10, foi inaugurado o primeiro laboratório holográfico do País, instalado no campus da Universidade Federal Fluminense (UFF), no Centro de Referência em Assistência à Saúde do Idoso e Serviço de Geriatria (CraSi). O projeto é parte do Programa Telessaúde e do Acordo de Cooperação Técnica, Acadêmica e Científica entre a UFF e a Marinha do Brasil.

Na inauguração do laboratório foi feita a primeira simulação de um atendimento. Para funcionar

CONT.



realmente, é preciso instalar tanto o laboratório do emissor quanto do receptor. A coordenadora técnica do projeto, Jamaci Lima, conta que os testes e pesquisas necessários para fazer a tecnologia funcionar acontecem há três anos e esta é apenas a primeira fase do projeto. Para completar a fase inicial, foram investidos cerca de R\$ 500 mil para a montagem da sala, por parte da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

O coordenador acadêmico do programa, Licínio Esmeraldo Da Silva, explica que o atendimento por meio da holografia pode auxiliar no diagnóstico de doenças neurocognitivas como o Alzheimer, além de estabelecer condutas terapêuticas a distância. Mas os usos podem ir além. “Mais adiante, como a Marinha faz missões em outros países, a tecnologia pode auxiliar o intercâmbio na área de saúde com o exterior. Ou até ser utilizado por nossos pesquisadores baseados na Antártida. Estamos estudando a possibilidade”, conta. O professor garante que a holografia é eficiente o suficiente para ser utilizada na medicina. “Ela dá todas as condições de se fazer um atendimento médico e chegamos a essa conclusão por meio de testes e estudos anteriores.”

Para o vice-almirante da Marinha do Brasil e presidente da Fundação de Pesquisa dos Amigos do Hospital Naval Marcílio Dias, também parte do projeto, Edson Baltar da Silva, a utilização da tecnologia avançada em transmissão de imagens é importante para a medicina por permitir que o médico auxilie as populações remotas em tempo real. “As imagens holográficas são muito claras e permitem uma visão detalhada da situação do paciente. Se o médico da região remota precisar de uma orientação de um setor com maiores recursos, como os dois hospitais envolvidos, a holografia supre essa necessidade. Existem imagens transmitidas a distância atualmente, mas não com a qualidade e interatividade da holografia”, afirma.

A tecnologia transmite via satélite, em tempo real, imagens tridimensionais de um objeto ou pessoa por meio de um ponto gerador do sinal, que passa as imagens para o ponto receptor. Os ambientes precisam estar equipados com iluminação e câmeras especiais, além de computadores apropriados para receber a transmissão. Como os dois lados se enxergam, a tecnologia permite, inclusive, que o examinador que está a distância peça para o paciente se aproximar ou mostrar melhor alguma lesão e interaja com ele para tirar dúvidas. Além da unidade que já está funcionando na UFF, ainda serão instaladas câmaras de holografia no Hospital Naval Marcílio Dias e nos navios hospitais que atuam na Amazônia, prestando atendimento à população ribeirinha.

Da Silva explica que para a Marinha, o leque de utilidades que a tecnologia pode ter no futuro é grande. “O paciente ribeirinho que a Marinha atende tem características de múltiplas patologias. A holografia permite o desenvolvimento de uma série de trabalhos, incluindo a análise e captação de dados de saúde na Região Norte, que teremos quando a parte tecnológica estiver pronta”, adianta. Ele informa que a Marinha está

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211/ 2014

Brasília, 25 de novembro de 2014.

estudando qual seria o próximo passo no projeto, se as próximas câmaras holográficas serão instaladas no hospital naval, que já tem uma área definida para abrigar a tecnologia, ou nos navios hospitais.

Apesar da perspectiva de avanço para a medicina brasileira que a tecnologia traz, segundo Jamaci, não há previsão para o início dos atendimentos aos ribeirinhos. Ela informou que após prestar contas à Faperj sobre a primeira fase do programa, poderá ser feita nova licitação para dar seguimento às fases seguintes, mas sem estimativa do valor necessário. “Esperamos que dentro de um ano a população já possa ser atendida por meio da holografia. Isso será possível dependendo da possibilidade de verba disponível”, diz.

Cartola - Agência de Conteúdo - Especial para o Terra



19 Instituto de Florestas do Amapá denuncia invasão de parque
SÍTIO RÁDIOS EBC, 25.11.2014

Para Ana Euler, o agronegócio e a monocultura ameaçam o cerrado, bioma importante para o Amapá e para o Brasil

[Baixar áudio](#)

O programa **Amazônia Brasileira** recebe nesta terça-feira (25) a engenheira florestal e diretora-presidente do Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF), Ana Euler. Ela esteve em Brasília pedindo às autoridades federais que ajudem a combater a invasão da área do parque por médios e grandes plantadores de soja que, valendo-se da presença de pequenos produtores e extrativistas na área do entorno da reserva, vem avançando para a área de floresta, desmatando, para plantar grandes áreas de soja.

Segundo Ana Euler há um impasse, já que vários agricultores conseguiram titulação de parte da terra por meio do programa Terra Legal, embora a área já estivesse reconhecida como Floresta Estadual desde 2006. Agora, deputados pedem o fim da área de preservação alegando que alguns trâmites de regulamentação não teriam sido cumpridos.

A área é de cerrado, bioma em extinção, e de fundamental importância para a saúde do ecossistema amapaense. Por isso, Ana Euler convoca os cidadãos defensores da floresta e das áreas públicas para que não permitam que a Floresta venha a ser destruída e ocupada por latifundiários.

Para a diretora do IEF é possível manter o extrativismo e a agricultura familiar em partes da floresta, porém o agronegócio e a monocultura acabariam com a saúde do bioma, e destruiriam uma área importante para o Amapá e para o Brasil.

Para Ana Euler é imprescindível que o Governo Federal encampe a luta pela manutenção desta área como área de proteção permanente, pertencente ao estado do Amapá. A diretora levou ao Ministério Público a queixa do Instituto que representa contra o programa Terra Legal que, segundo ela, ajudou na preservação de diversas áreas em outros estados, mas que por razões político-partidárias tem tido postura distinta no Amapá onde concedeu títulos de terras que jamais foram ocupadas e que se encontram ainda em estado de floresta virgem, o que demonstra, no mínimo, desconhecimento da área concedida.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 211/ 2014

Brasília, 25 de novembro de 2014.

O programa **Amazônia Brasileira** vai ao ar de segunda a sexta-feira a partir das 08h na **Rádio Nacional da Amazônia**, em rede com a **Rádio Nacional do Alto Solimões**, onde é transmitido ao vivo às 05h. A produção e a apresentação são de Beth Begonha.

Produtor : Beth Begonha e Roberta Timponi

20 Comunidades tradicionais discutem garantias de direitos em encontro nacional
SÍTIO EBC, 25.11.2014

Yara Aquino - Repórter da Agência Brasil Edição: **Armando Cardoso**



Os ministros Gilberto Carvalho, Tereza Campello e Miguel Rossetto participam do 2º Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais **Marcelo Camargo/Agência Brasil**

Pescadores artesanais, ciganos, quilombolas e representantes de povos de terreiros participam do 2º Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, iniciado hoje (25) em Brasília. Até a próxima quinta-feira (28), os participantes avaliarão e aprimorarão a implementação da política nacional voltada para o desenvolvimento sustentável desses povos. O evento, que contou com a presença de quatro ministros, servirá para construir uma proposta de reestruturação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho disse que o papel dos movimentos sociais é pressionar o governo para que ele se inquiete diante da burocracia da máquina pública, que tende a beneficiar poucos. “Essa relação tensa e briguenta entre nós tem de continuar. Vocês tem de exigir cada vez mais de nós, para que fiquemos acordados, ativos. Nosso trabalho tem sido viabilizar o atendimento das demandas que, aparentemente, a máquina pública não consegue atender”, salientou.

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, enfatizou a importância da

CONT.



inclusão dos povos tradicionais nas políticas sociais do governo federal. Salientou que o segmento não pode ser o último a receber benefícios. “Historicamente, esses povos vinham sendo excluídos. Desde 2004, eles passaram a ter voz, se organizaram e, com isso, passamos a incluí-los em políticas públicas”, observou.

Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto informou aos participantes que o governo intensificou esforços para ampliar a regularização fundiária. “2014 foi o ano em que mais avançamos no reconhecimento de comunidades quilombolas. São quase 400 mil hectares de territórios quilombolas reconhecidos no país. E estamos só começando”, assinalou.

Integrante da comissão organizadora, a cigana Maura Piemonte revelou que, durante o encontro, os ciganos cobrarão o direito a territórios e o acesso à educação e programas sociais. “Lutamos pela inclusão social dos ciganos da barraca. Queremos nosso território, pois somos tocados de um lado para outro. É um nomadismo imposto”, comentou. Segundo ela, é preciso que os governos federal, estadual e municipal tenham mais integração nas políticas destinadas aos ciganos. “O governo federal tem uma política específica para ciganos, mas o governo municipal não executa”, relatou.

A regularização fundiária também faz parte da pauta de representantes dos quilombolas. Para a quilombola Maria Bernadete Pacífico, a expectativa é que se amplie o reconhecimento de terras de quilombos. “A esperança é que nossos direitos sejam valorizados e tenhamos grande avanço, principalmente na demarcação de terras. Que seja um trabalho de responsabilidade e que se respeite nossas terras”, cobrou.

Representante de Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneira, Claudia de Pinho também pediu a regularização de territórios. Ela defendeu a implementação da Política Nacional de Participação Social, de forma a ampliar a voz dos movimentos sociais. “Achamos necessária a implementação dessa política, para que nossa voz seja ouvida em todo o governo”.

Integrante das comunidades de terreiros, Maria Venina Carneiro destacou a garantia de direitos como prioridade do movimento. “Queremos que o governo nos reconheça como sujeitos de direitos sociais, porque o povo de terreiro está em todos os espaços nacionais. Estamos nos quilombos e entre as quebradeiras de coco”. Ela citou, ainda, a necessidade de segurança para o livre exercício da manifestação religiosa. “Sofremos intolerância religiosa muito grande. Por isso, reivindicamos proteção contra pessoas que não respeitam as diferenças”, concluiu.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, também participou do encontro.